

FERNANDO P. DE MELLO BARRETO F^º

O DIREITO BRASILEIRO ANTICORRUPÇÃO NUMA ENCRUZILHADA:

Uma Perspectiva Comparativa e Internacional

Migalhas

**O DIREITO BRASILEIRO ANTICORRUPÇÃO NUMA ENCRUZILHADA:
UMA PERSPECTIVA COMPARATIVA E INTERNACIONAL**

Produção: Aurélio Faleiros Lopes
Ariane Messias

Revisão: Roberta Resende

Editoração e capa: Poliana Silva

Fernando P. de Mello Barreto Fº

O Direito Brasileiro Anticorrupção numa Encruzilhada: uma perspectiva comparativa e internacional. – Ribeirão Preto, SP: Migalhas, 2019.

320 p.

ISBN: 978-85-5328-020-9

1. Direito. I. Título

CDD 340



Editora Migalhas

Av. Presidente Castelo Branco, 600
Ribeirão Preto, SP CEP: 14.091-413
Telefax: (16) 3617.1344
migalhas.com.br
migalhas@migalhas.com.br

1164906

SUMÁRIO

Nota sobre a tradução	11
Siglas	16
Prefácio	17
Introdução	22
 Capítulo I – Corrupção	
A. Conceito	27
B. Tipos	29
C. Mensuração	31
D. Causas	34
1. O Fator Cultural	34
2. O Fator Religioso	39
a. Religiosidade	40
b. Afiliação religiosa	41
c. Denominações cristãs	42
3. Fatores Sociais	43
a. População	44
b. Diversidade	46
c. Nível educacional	48
d. Confiança social	49
4. Fatores Econômicos	51
a. Desenvolvimento Econômico	51
i. O PIB per capita	52
ii. Grau de pobreza	53
iii. Distribuição de renda	53

b. O peso do setor público	54
i. O número de funcionários públicos	55
ii. O número de empresas estatais	56
iii. O papel do governo nas economias	58
5. Fatores Políticos	59
a. O sistema político	59
b. Tipo de governo	61
i. Sistemas parlamentaristas e presidenciais	61
ii. Sistemas federativos e unitários	63
c. Sistema de votação	64
d. Transparência governamental	67
e. A liberdade de imprensa	69
6. Fatores Jurídicos	70
a. Estado de direito	71
b. Sistema Jurídico	72
c. Independência de juízes e promotores	74
7. Conclusões	76

Capítulo II – O direito brasileiro anticorrupção

A. As origens	81
B. Evolução jurídica no Brasil	84
1. A Independência	85
2. A Primeira República	89
3. A Era Vargas	90
4. A Segunda República	95
5. O Regime Militar	96
6. A Redemocratização	97
a. José Sarney	98
b. Fernando Collor e Itamar Franco	98
c. Fernando Henrique Cardoso	100

d. Luís Inácio Lula da Silva	102
i. Mensalão	102
ii. Ficha Limpa e Transparência	105
e. Dilma Rousseff	106
i. Julgamentos do Mensalão	108
ii. Lei da Empresa Limpa	110
iii. Operação Lava Jato – início	112
iv. Dez medidas anticorrupção	117
v. Operação Lava Jato – avanços e dificuldades ...	119
vi. Impeachment – início	123
f. Michel Temer	125
i. Investigações de políticos	125
ii. Impeachment – julgamento	126
iii. Operação Lava Jato – aceleração	127
iv. Revés: rejeição das dez medidas anticorrupção	128
v. Operação Lava Jato – expansão	129
vi. Revés: projeto sobre abuso de autoridade	132
vii. Denúncia contra Temer	135
viii. As perdas da Petrobrás e consequências externas	141
ix. Revés: iniciativas legislativas	143
x. Condenação de Lula	144
xi. Persistência da corrupção	145
xii. Novas propostas anticorrupção	146
g. Jair Bolsonaro	147
7. Conclusões	149
A. Tópicos em debate	151
1. Acordos de colaboração	152
a. Legalidade	153
b. Revisão	157

c. O papel da polícia	158
d. O valor probatório da delação	161
2. Condução coercitiva	163
3. Prisão preventiva	165
4. <i>Quid pro quo</i> e ato oficial	168
a. Por meio de um ato de ofício	168
b. Distinção entre suborno e doação	171
5. Denunciantes	171
6. O início do cumprimento de pena de prisão	172
7. Foro privilegiado para altas autoridades	173
8. Práticas corruptas no exterior	175
9. O indulto de condenados por corrupção	176
10. Fundos para campanhas políticas	178
a. A proibição de doações de empresas	178
b. Fundo público	179
11. Conclusões	180

Capítulo III – O direito estadunidense anticorrupção

A. As origens	189
1. Tradições medievais	189
a. Juramentos	189
b. Júri	191
c. Justiça rápida	193
e. Informantes	193
2. Evolução na Inglaterra	194
B. Desenvolvimento nos Estados Unidos	200
C. Tópicos do direito estadunidense de interesse brasileiro	210
1. Acordos de Colaboração	211
a. Rescisão	216
b. Críticas e recomendações	217

2. Além de uma dúvida razoável	218
3. Corrupção política	219
4. <i>Quid pro quo</i> e ato oficial	226
5. Denunciantes	235
6. Práticas Corruptas no Exterior	237
7. Acordos empresariais de conformidade	240
C. Conclusões	242
1. Semelhanças	244
2. Diferenças	244

Capítulo IV – As Convenções e Organismos Internacionais

A. A convenção interamericana	252
1. História e análise	252
2. Adesão do Brasil	254
3. Recomendações	255
4. Conclusões	257
B. A Convenção da OCDE	258
1. História e análise	258
2. Adesão do Brasil	261
3. Recomendações	261
4. Conclusões	264
C. A Convenção das Nações Unidas	264
1. História e análise	264
2. Adesão do Brasil	267
3. Recomendações	267
4. Conclusões	269
D. Banco Mundial	269
E. Fundo Monetário Internacional	271
F. Organização Mundial do Comércio	272
G. Conclusões	275

Capítulo V – A Encruzilhada Jurídica

A. Aperfeiçoamentos	282
B. Reveses	283
C. O possível desfecho	285

Bibliografia

I. Livros	287
II. Artigos	291
A. Administração Pública	291
B. Economia e Negócios	292
C. Direito	292
D. Ciência Política	299
E. Ciências Sociais	301
F. História	301
III. Jornais, revistas e blogs	302
IV. Documentos de trabalho, palestras, teses e entrevistas	309
V. Publicações institucionais	311
VI. Legislação e Jurisprudência	314
A. Brasil	314
B. Estados Unidos	316
Índice Remissivo	317